



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7879 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

Motivação dos gestores escolares para implantarem um sistema privado de ensino em escolas do Distrito Federal

Fabricia Esteveo da Silva - UnB - Universidade de Brasília

### **MOTIVAÇÃO DOS GESTORES ESCOLARES PARA IMPLANTAREM UM SISTEMA PRIVADO DE ENSINO EM ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL**

O presente artigo tem como objetivo analisar as motivações dos gestores escolares da rede pública do Distrito Federal para firmarem parceria com o Projeto Acorde. Trata-se de uma instituição que oferece assessoria à gestão escolar e que possibilita a implantação do sistema privado de ensino do Instituto Alfa e Beto. Para tanto, selecionamos um conjunto de 6 escolas que implementaram tais projetos na região administrativa de Samambaia-DF. Os dados referem-se a levantamento desenvolvido no âmbito da pesquisa “Adoção de Sistema Privado de Ensino por Escolas da Rede Pública do Distrito Federal” e que se encontra em processo de finalização. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, nos meses de novembro e dezembro de 2019, tendo sido depoentes os gestores escolares.

O Projeto Acorde não apresentava uma identidade jurídica quando chegou às escolas de Samambaia, em 2013. Foram encontradas evidências de que a partir do ano de 2019 iniciou-se um processo de formalização legal como associação sem fins lucrativos, tendo inclusive mudado seu nome para Instituto Raiar. O Acorde tem como foco apoiar escolas que atendam estudantes na fase de alfabetização, pretendendo ajudar “as crianças a ler, escrever e dominar as quatro operações fundamentais da matemática (adição, subtração, multiplicação e divisão) até o final do quinto ano” (SE-HUB, 2019, p. 2). Seu objetivo é:

Oferecer soluções de ensino-aprendizagem que garantam o domínio da leitura e da escrita de cada criança e operações fundamentais da matemática ao final das séries iniciais do ensino fundamental, independente dos limites impostos pelo ambiente. (SE-HUB, 2019, p. 3).

A partir dos depoimentos observou-se que o Acorde implantou o sistema privado do Instituto Alfa e Beto nas escolas parceiras. Seu papel é o de financiar o programa

IAB e acompanhar todo trabalho realizado nas escolas com objetivo de que essas instituições escolares adotem práticas de gestão voltadas para resultados. O Instituto Alfa e Beto fica responsável por: fornecer o material didático para educadores e estudantes, realizar o processo de formação/treinamento para uso do material, acompanhar o processo por meio de visitas técnicas e reuniões com os professores e disponibilizar as avaliações dos estudantes e tabulação dos dados.

A partir da parceria com o Acorde, em 2016, o IAB atuou em três escolas públicas, num total de 13 turmas, alcançando 240 crianças. Em 2017 o projeto foi ampliado para 4 escolas, totalizando 463 crianças, 18 turmas de 1º ano e 3 turmas de 2º ano. Em 2018 chegou a atender 37 turmas do 1º ao 2º ano, num total de 900 crianças. Em 2019 e 2020 restringiu sua atuação para uma única escola no Distrito Federal, mas atendendo a todos os seus estudantes, num total de 350 alunos, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

Trata-se de uma iniciativa peculiar que não envolve financiamento do setor público para aquisição do SPE, mas que estabeleceu um currículo diferente da sua rede de ensino ao implantar o sistema do Instituto Alfa e Beto nessas escolas. A parceria entre o Acorde e as escolas de Samambaia- DF aconteceu sem a formalização da Secretaria de Educação do Distrito Federal, portanto, ocorrendo de forma direta entre os gestores escolares e as instituições privadas.

Os processos de privatização da educação - entendidos neste trabalho como “medidas que têm subordinado, direta e indiretamente, a educação obrigatória aos interesses de corporações ou de organizações a estas associadas” (ADRIÃO, 2018, p. 9) – têm apresentado avanços significativos nos últimos anos. Adrião (2018) sinaliza três dimensões de privatização da educação pública no Brasil: da oferta educacional, da gestão da educação pública e do currículo.

A ampliação do setor privado na educação é apoiada por vários setores da sociedade – organizações internacionais, grupos organizados da sociedade civil, meios de comunicação – que compreendem o setor privado como exemplo a ser seguido, como garantia de eficiência, eficácia e inovação. Reverbera-se um discurso da ineficiência do serviço público que justifica a introdução no seu interior da lógica empresarial privada. Procura-se criar na opinião pública uma imagem negativa da ação do Estado, destacando a quantidade de analfabetos e as falhas do sistema educacional. Vai se transmitindo a ideia de que o Estado é burocrático, de que desperdiça recursos públicos e é incompetente para garantir uma educação pública de qualidade, portanto, deve dividir suas responsabilidades com a iniciativa privada.

Contudo, vários estudiosos têm questionado essas suposições (SOUSA E OLIVEIRA, 2003; HYPÓLITO, 2011; ADRIÃO et al, 2009; Ball e YOUDELL, 2007; PERONI, 2013; OLIVEIRA; 2016, FREITAS, 2018; entre outros) e consideram que a inserção do privado altera a natureza da educação de bem público para a lógica do lucro. Para esses autores os processos de privatização estão em consonância com as políticas neoliberais que foram implantadas em vários países e que pretendem submeter à educação a lógica de mercado, com efeitos para a constituição da escola pública e democrática.

Com base nos mecanismos de privatização apontados por Adrião (2018), identifica-se, portanto, variadas formas de privatização, dentre elas, a privatização do currículo que apresenta-se de três maneiras: compra de desenhos curriculares, seja por meio de assessorias, de oferta de tecnologias educacionais e demais insumos curriculares, ou ainda por meio dos sistemas privados de ensino.

A adoção de sistemas privados de ensino faz parte de um guarda-chuva que abarca

variadas formas de privatização da educação e está alinhada ao processo de mercantilização do público. São pacotes que oferecem às escolas material didático, treinamento de professores e assessoria à gestão das escolas:

Tais “sistemas” são compostos por um conjunto de produtos e serviços elaborados por instituições privadas de ensino que, num esforço para diversificar sua inserção no mercado educacional, criaram departamentos específicos com o objetivo de vender às prefeituras material apostilado, formação continuada para professores e gestores escolares, sistemáticas de avaliação e acompanhamento das atividades docentes por meio de portais na internet entre outros serviços. Ao que parece, buscam variar os produtos oferecidos de maneira a atender todas as etapas de escolaridade que estejam sob a responsabilidade do município-cliente. (ADRIÃO, 2009, p. 59).

Trata-se, portanto, da transferência para o setor privado da definição do que deve ser ensinado, como deve ser ensinado e definição de como e quando avaliar, o que Adrião (2018) chama de desenho curricular.

Ao serem indagados sobre quais foram as principais razões que levaram ao estabelecimento da parceria com o Projeto Acorde, percebeu-se quatro grupos de motivações: busca por melhores resultados de aprendizagem, a organização do trabalho pedagógico e do currículo escolar, a busca de apoio técnico e de recursos humanos e materiais.

Considerando que as políticas educacionais de avaliação apresentam os resultados das escolas comparando-as e não há uma intervenção significativa do Estado no sentido de auxiliar essas instituições em suas dificuldades, o que se observa é um entendimento de que a escola é responsável pelo seu sucesso e/ou fracasso. Remete-nos ainda a refletirmos sobre a educação baseada em evidências, adotada pelo IAB, que tem como uma de suas características o pressuposto de que os problemas educacionais decorrem de processos individuais e não coletivos. Sendo assim, escolas eficazes são as que conseguem, por elas mesmas, resolverem seus problemas e alcançarem níveis de excelência.

Deste modo, justifica-se a preocupação dos gestores pesquisados com os resultados de suas escolas. Ainda que não falem explicitamente sobre as políticas de avaliação, fica evidenciado que foram buscar uma alternativa para o problema do baixo índice de aprendizagem fora da Secretaria de Educação do DF, fato que pode indicar que não estavam encontrando apoio internamente, e que de alguma forma, sentem-se responsáveis por suas escolas.

De maneira geral, as motivações dos gestores para firmarem parceria com o Projeto Acorde e implantarem um sistema privado de ensino são vinculadas às questões de aprendizagem dos estudantes. Os depoimentos revelam que o Projeto Acorde encontrou espaço para atuação na rede de ensino, buscando suprir necessidades dos gestores que não eram atendidas a contento pela Secretaria de Educação. As responsabilidades assumidas pelo Projeto Acorde para com as escolas de Samambaia, como pode ser observado na pesquisa, trazem a necessidade de reflexão apurada sobre as lacunas deixadas pela SEEDF e pelas políticas públicas educacionais que, conseqüentemente, favoreceram a inserção de instituições privadas na educação pública.

**Palavras-Chave:** Privatização da Educação. Instituto Alfa e Beto. Instituto Raiar. Sistema privado de Ensino. Gestão Escolar.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. Políticas Descentralizadoras para a Educação Escolar: dimensões da confluência entre a esfera pública e a privada. In: SILVA, M. V.; CORBALÓN, M. A. **Dimensões Políticas da Educação Contemporânea**. Campinas: Alínea, 2009. Cap. 3, p. 51-66.

ADRIÃO, T. Dimensão e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

BALL, S. J.; YOUDELL, D. **Hidden privatisation in public education**. London: Institute of Education, University of London, 2007.

CEDES. **Educação & Sociedade**: Revista de Ciências da Educação. Dossiê - Privatização da Educação na América Latina: estratégias recentes em destaque. 134. ed. Campinas: Cortez, v. 37, 2016.

HYPOLITO, Á. M. Reorganização Gerencialista da escola e trabalho docente. **Educação: teoria e prática**, Rio Claro, SP, v. 21, n. 38, p. 59-78, out./dez. 2011. ISSN 1981-8106.

PERONI, V. M. V. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013.

SE-HUB. SE-HUB. **https://empowering-changemakers.eu/acorde/**, 2019. Acesso em: 11 março 2020.

SOUZA, S. Z. L.; OLIVEIRA, R. P. Políticas de Avaliação da educação e quase mercado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, p. 873 - 895, set. 2003.